



Boletim

do Radar de Projetos

3º Trimestre de 2026

O DESEMPENHO DOS ESTADOS NAS CONCESSÕES E PPPs



FUNDAÇÃO
EZUTE



Este estudo foi desenvolvido pela **Radar PPP** com o propósito de oferecer ao mercado brasileiro de infraestrutura análises, dados estruturados e inteligência sobre o desenvolvimento de concessões e parcerias público-privadas.



Em 2026, os Boletins da Radar PPP foram reformulados e passaram a ter periodicidade trimestral, com edições mais analíticas e aprofundadas. Em linha com o calendário eleitoral, as edições deste ano têm sido voltadas à identificação de tendências, à comparação entre ciclos governamentais e à avaliação do desempenho dos Estados na estruturação e contratação de projetos.

Esta terceira edição amplia o olhar para o Governo Federal, consolidando leituras sobre a carteira da União no ciclo 2023-2026 e sobre quais projetos devem ficar para o próximo mandato.

A iniciativa conta com o patrocínio do **Dal Pozzo Advogados**, da **Junto Seguros**, da **Fundação Ezute** e da **Astra Concessões Educacionais**, instituições que compartilham o compromisso com a qualificação do debate público e o fortalecimento de referências técnicas confiáveis como condições para a melhoria do ambiente de negócios em infraestrutura no Brasil. O apoio contribui para ampliar o alcance e o impacto deste conteúdo, sem qualquer interferência em sua elaboração.

As análises, conclusões e opiniões expressas neste relatório são de responsabilidade exclusiva da Radar PPP.

DAL POZZO

O **Dal Pozzo Advogados** é especializado em Direito Público, com atuação destacada em Direito Administrativo, infraestrutura, concessões e parcerias público-privadas. O escritório assessoria clientes em temas relacionados a licitações, contratos administrativos, regulação, compliance, contencioso estratégico e projetos de infraestrutura logística e social, combinando rigor técnico, visão estratégica e profundo conhecimento do setor público e regulatório. Sua atuação é marcada pela abordagem personalizada, forte base acadêmica e compromisso com soluções jurídicas eficientes e alinhadas às demandas do mercado.



A **Fundação Ezute** é uma organização privada sem fins lucrativos dedicada ao desenvolvimento de soluções inovadoras em tecnologia e gestão para instituições públicas brasileiras. Com atuação em projetos estratégicos e complexos nas áreas de infraestrutura, mobilidade, saneamento, defesa, gestão pública e inovação tecnológica, a instituição combina conhecimento técnico, visão sistêmica e experiência em estruturação e gestão de empreendimentos voltados à modernização e ao fortalecimento da capacidade do Estado brasileiro.



A **Astra Concessões Educacionais** atua de forma especializada na estruturação e gestão de projetos de infraestrutura educacional por meio de PPPs e concessões. A empresa combina experiência em gestão escolar, engenharia e financiamento de projetos para desenvolver soluções voltadas à modernização da rede pública de ensino, com foco na implantação, operação e manutenção de escolas públicas e serviços de apoio à educação.



A **Junto Seguros** é referência nacional em Seguro Garantia, com atuação especializada em soluções voltadas a contratos públicos, infraestrutura, concessões e PPPs. Pioneira no segmento no Brasil, a companhia combina experiência técnica, inovação e capacidade de análise de riscos para apoiar a viabilização de projetos estratégicos, contribuindo para maior segurança jurídica, estabilidade contratual e execução de investimentos em infraestrutura e serviços públicos.

Resumo Executivo

Às vésperas das eleições, Estados chegam a 98 contratos de PPP e concessão assinados neste mandato; União alcança a marca de 49, com destaque para as rodovias

Leitura desta edição

01 Protagonismo estadual em alta. São 288 novas iniciativas de PPPs e concessões no ciclo 2023-2026, o que acrescenta 31% ao estoque mapeado até o fim de 2022.

02 Pipeline robusto. Há 180 iniciativas em processo de estruturação, já descontadas as que avançaram à licitação.

03 Maturação das novas iniciativas. 25% das novas iniciativas do ciclo já chegaram à consulta pública (71) e 20% à licitação (58). Entre as que foram à consulta, 44% já viraram contrato assinado (31). No 2T esse percentual era de 32%.

04 Ciclo atual já supera o anterior. Em 2019-2022, 26% das novas iniciativas chegaram à consulta e 19% à licitação. Com 116 licitações publicadas e 98 contratos assinados, os Estados já superaram os números absolutos do ciclo passado, a três meses do fim do ano.

05 Quem mais contratou no período. São Paulo (18), Minas Gerais (14) e Paraná (13) assinaram o maior número de contratos.

06 Ano eleitoral é "ano de chegada". Atualização dos dados demonstra elevação das assinaturas de contrato em detrimento do lançamento de novas iniciativas.

07 Segmentos. Cultura, Lazer e Comércio (48), Mobilidade (36) e Unidades Administrativas (31) são os mais volumosos entre as novas iniciativas. Rodovias (20), Cultura, Lazer e Comércio (12) e Água e Esgoto (11) são os segmentos com mais contratos iniciados.

08 Mais contratos em 2026. Os contratos estaduais assinados em 2026 somam R\$ 54,1 bilhões em investimentos estimados. Em junho eram R\$ 39,2 bilhões, e o valor já supera os R\$ 35,7 bilhões de todo o ano de 2024.

09 Infraestrutura Social se consolida. Educação (5), Saúde (4) e Sistema Prisional (3) somam 12 contratos assinados, contra apenas 1 entre 2019 e 2022. Os destaques do trimestre foram as PPPs de escolas do Paraná e de Minas Gerais, o HoPE (MG) e o Complexo Penal de Blumenau (SC).

Resumo Executivo *(continuação)*

10 Astra Concessões Educacionais. Leia o Artigo “Do leilão à execução: a educação não pode esperar”. Uma escola não melhora apenas por estar em uma PPP. Ela melhora quando a infraestrutura funciona.” Com essa visão, a **Astra** entregou as primeiras escolas do Lote Leste de São Paulo em 12 meses, seis meses antes do prazo. Agora leva a experiência a Porto Alegre, a primeira capital a conceder toda a sua rede de infraestrutura escolar.

11 Saneamento em compasso. Dos quatro grandes leilões previstos para 2026, Goiás foi cancelado, Paraíba e Ceará tiveram proposta única e Rondônia (R\$ 2,9 bilhões) foi deserto. Pesaram juros altos, balanços comprometidos dos operadores e, no caso de Rondônia, o risco eleitoral.

12 União: Rodovias como motor do ciclo. A carteira federal ganhou 132 novas iniciativas (+38%) e soma 49 contratos no ciclo, com R\$ 154,7 bilhões em investimentos estimados. Só Rodovias respondem por 21 contratos e R\$ 142,1 bilhões, contra 7 contratos no setor em 2019-2022.

13 Herança para 2027-2030. A União deixa 19 projetos em licitação (R\$ 43 bilhões) e 42 pós-consulta pública (R\$ 117,6 bilhões). Nos Estados, apenas 1 dos 7 projetos “prestes a licitar” apontados no 2T publicou edital, o que mostra o peso dos órgãos de controle e do calendário sobre os cronogramas.

Para acompanhar no 4º semestre

Leilões marcados até dezembro:



Federais: Rota Agro Central, BR-070/174/364 MT-RO (17/12); Rota 2 de Julho, BR-116/324 e BA-526/528 (18/12); PCR Concebra, BR-060/153 DF-GO (11/12); PCR Via Brasil, BR-163/230 MT-PA (12/11); PCR do Aeroporto de Brasília (17/12); Flona do Bom Futuro (04/11).



Estaduais: ZPE de Imbituba (SC, 04/11); Parque Estadual da Serra de Caldas Novas (GO, 17/11); Loteria Estadual do Amapá (27/10).



Aguardando assinatura: 11 certames federais (R\$ 12,6 bilhões), com destaque para Rota dos Sertões e Régis Bittencourt, e 8 estaduais, entre eles o Bloco 1 da CAGECE, as florestas estaduais do Pará, o Hospital do Câncer (SE) e o Centro Administrativo Campos Elíseos (SP).

Tenha acesso ao Radar de Projetos

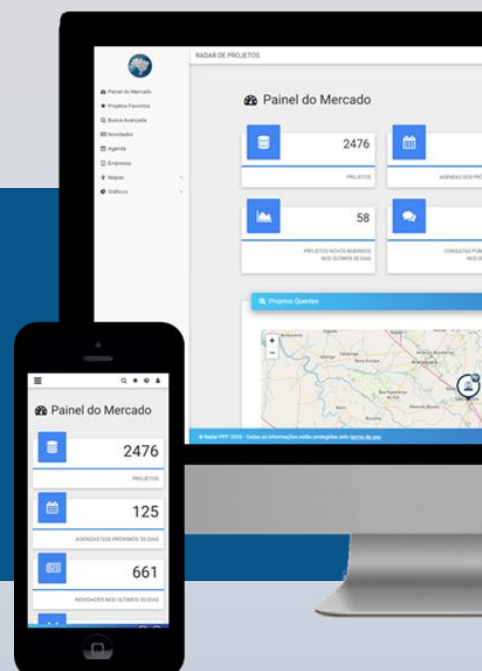
O **Radar de Projetos**, sistema de informação desenvolvido e atualizado diariamente pela Radar PPP a partir de documentos públicos oficiais, conta com mais de 7.200 projetos de PPP e Concessão, distribuídos em 19 segmentos de infraestrutura

Cada projeto pode conter informações de mais de **50 variáveis parametrizadas**, tornando possível **acompanhar o ciclo de vida de cada iniciativa**, desde seu nascedouro até a regulação contratual, passando pelas etapas de modelagem, estruturação, consulta pública, licitação etc.

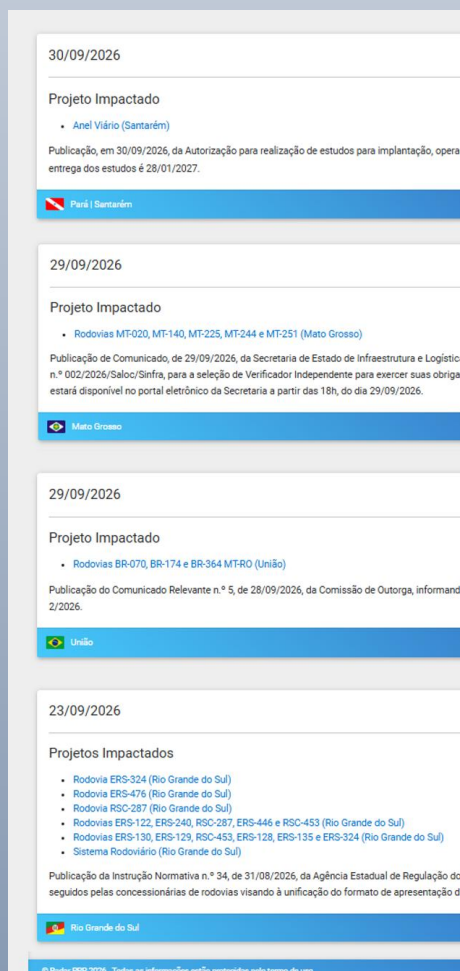
Mais do que uma base de dados, o **Radar de Projetos é uma ferramenta de uso diário**: permite acompanhar de perto a evolução de cada projeto e seus principais marcos, para que empresas interessadas possam planejar e organizar sua atuação com antecedência diante das oportunidades do mercado.

Para isso, o sistema conta com um sistema de alertas próprio: além de e-mails periódicos com as novidades do mercado, **o usuário pode marcar projetos como favoritos e ser avisado automaticamente** – por e-mail ou SMS – sempre que ocorrer uma alteração relevante.

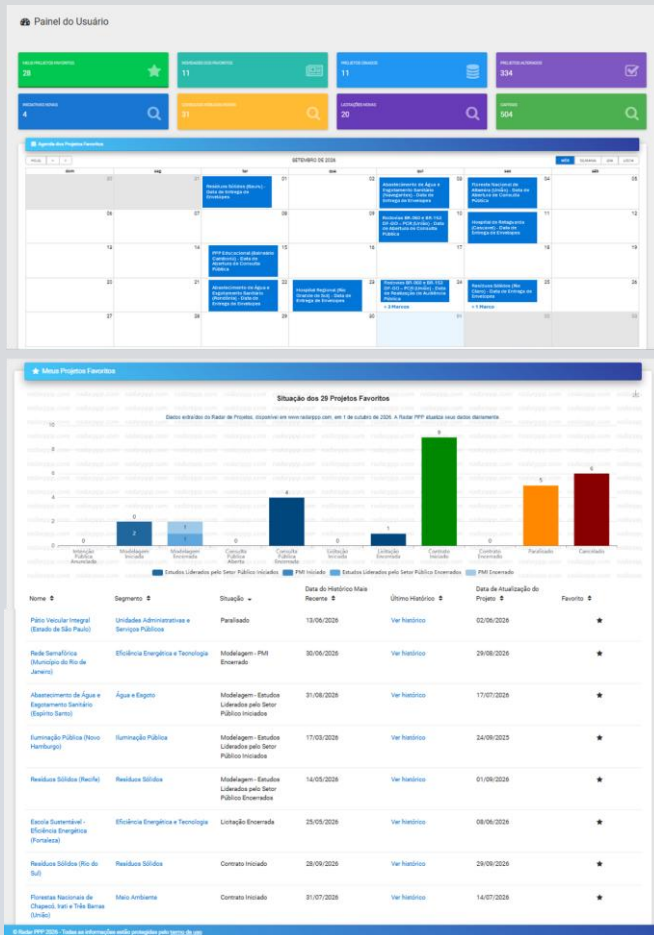
O **Radar de Projetos permite o acesso à informação mais qualificada do mercado de PPPs e concessões do Brasil**, contribuindo ao processo de tomada de decisões e o desenvolvimento do mercado brasileiro de investimento privado em infraestrutura.



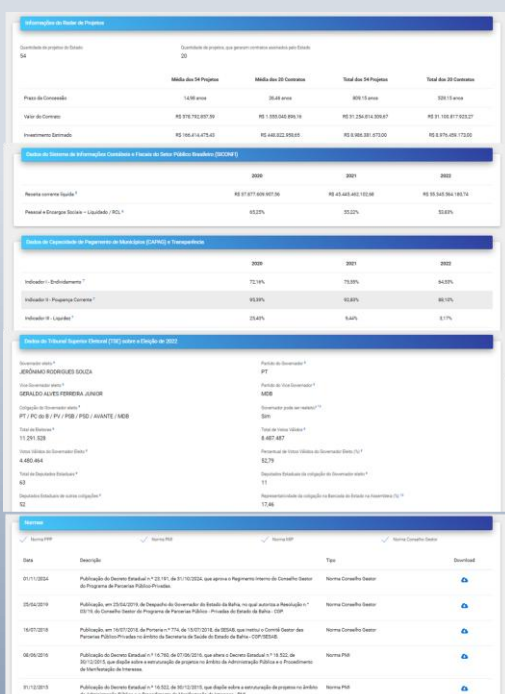
Painel de Novidades
dezenas de novidades
nos projetos por dia



Atualizações diárias
para não perder nada



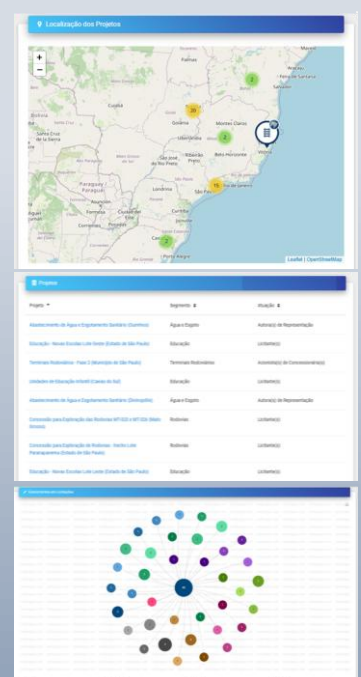
Painel do Usuário:
organização dos
Projetos Favoritos,
Agenda de marcos,
situação em gráfico e
lista organizada e
personalizada



Dados dos entes governamentais:
Informações fiscais e financeiras, dados setoriais, eleitorais, relação de leis e normas próprias que se relacionam às PPP e concessões, entre outros

Funcionalidades adicionais:

mapeamento estratégico
de concorrentes e aliados,
com identificação de
empresas e composições
em licitações



Ficha de Projeto

tudo em um só lugar

Cada um dos mais de 7.200 projetos de PPP e concessão no Radar de Projetos tem **uma ficha própria, atualizada diariamente, reunindo tudo que você precisa saber sobre a iniciativa em um só lugar.**

Para mais informações consulte:



www.radarppp.com



info@radarppp.com



Conheça os planos de comercialização do Radar de Projetos **[clcando aqui](#)**

Situação do Projeto, marcos e localização dos ativos

Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (Rondônia)

Cancelado em 22/09/2026. Motivo: Licitação Deserta

Situação

Intenção Pública Anunciada

23/09/2021

Modo de

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

16/01/2022

Dados básicos

Dados Básicos

Nome

Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (Rondônia)

Situação

Cancelado

Suplemento

Saneamento

Ente Público

Estado

Rondônia

Descrição

Concessão da prestação regionalizada dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário na área de concessão dos 4 no Estado de Rondônia.

Comparação com projetos do mesmo segmento

Comparação entre Dados do Segmento Água e Esgoto

Comparação entre Dados do Segmento Água e Esgoto

Informações do Projeto

Média dos 893 Projetos

Média dos 182 Contratos Assinados

Totais

Prazo da Concessão

35 anos

31,83 anos

30,83 anos

Valor do Contrato

R\$ 8.477.095.656,38

R\$ 1.480.049.881,90

R\$ 1.742.615.578,14

Investimento Estimado

R\$ 2.880.738.708,69

R\$ 696.606.647,03

R\$ 965.780.934,15

Aporte Público de Recursos (Lei Federal nº 12.746/2012)

-

R\$ 185.109.333,33

R\$ 208.030.000,00

Capital Social e Integralizar Antes da Assinatura

R\$ 156.864.992,96

R\$ 40.781.311,97

R\$ 67.486.909,28

Capital Social e Integralizar

R\$ 1.325.783.340,96

R\$ 107.177.171,35

R\$ 168.762.628,02

Garantias de Proprietários dos Licitantes

R\$ 42.385.478,28

R\$ 8.628.336,15

R\$ 10.564.441,80

Garantia Inicial do Vencedor para Execução do Contrato

R\$ 42.385.478,28

R\$ 53.195.351,82

R\$ 56.680.344,48

Links oficiais

Links Oficiais

Link para Consulta Pública

<https://rondonia.ro.gov.br/publicacoes/saneamento-basico/>

Link para Arquivos do Projeto

<https://www.tandem.gov.br/vps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/processos-em-andamento/rp-28-2021-asg-bondes-serge-e-ro>

Atenção: as links disponíveis apontam para sites dos órgãos públicos, que muitas vezes ficam indisponíveis. A despeito dos esforços diários na busca e organização de dados, a RPP não garante a inclusão - nem se limitar - quanto à sua fidelidade e atualidade.

Empresas envolvidas com a iniciativa

Empresas

Ação

Empresário

Responsável pela Entrega de Estudos

1. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

2. Construtora Ceres-Engenharia Machado Meyer

3. Ceres Engenharia e Construção Ltda.

4. Engenharia Engenharia S.A.

5. Machado Meyer, Senackes, Opice e Falcão Advogados

Comitê para Elaborar Estudos

1. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

2. Construtora Ceres-Engenharia Machado Meyer

3. Ceres Engenharia e Construção Ltda.

4. Engenharia Engenharia S.A.

5. Machado Meyer, Senackes, Opice e Falcão Advogados

Entidade Estruturadora

1. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Contratada para Analisar Estudos

1. Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia

Recebedora do Direito de Resarcimento

1. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Histórico acumulado de informações oficiais

Histórico

Exibir histórico relacionado

✓

Data

Histórico

24/09/2025

Publicação, em 24/09/2025, de Decisão Monocrática de Conselho do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, no âmbito de Procedimento Administrativo nº 00496/2025/SUPEL/RO, na qual se determina o pagamento das autas nºs 0270/26/TCE-RO.

22/09/2025

Não houve empresa interessada em apresentar proposta para a Concorrência Pública Internacional nº 00496/2025/SUPEL/RO.

22/09/2025

Publicação, em 22/09/2025, de ata de Comunicado da Comissão de Contratação, informando que fica 1) suspenso integralmente o edital nº 54.2025.8.22.0001; 2) reestabelecido o regular prosseguimento do processo licitatório; e 3) mantido o cronograma originalmente estabelecido para a Concorrência Pública Internacional nº 00496/2025/SUPEL/RO.

21/09/2025

Publicação, em 21/09/2025, de Comunicado da Comissão de Contratação, informando que fica 1) suspenso integralmente os efeitos do edital nº 54.2025.8.22.0001; 2) reestabelecido o regular prosseguimento do processo licitatório; e 3) mantido o cronograma originalmente estabelecido para a Concorrência Pública Internacional nº 00496/2025/SUPEL/RO.

e muito mais

Às vésperas das eleições, Estados chegam a 98 contratos de PPP e concessão assinados neste mandato; União alcança a marca de 49, com destaque para as rodovias

O iRadarPPP encerrou o 3º trimestre de 2026 em 142,09 pontos, recuo de 4,29% em relação a junho e de 6,10% no acumulado do ano. A queda, porém, diz menos sobre o apetite do mercado do que sobre a depuração da carteira: ao longo do trimestre, 758 iniciativas foram reclassificadas como paralisadas ou canceladas, retirando R\$ 51,3 bilhões do estoque de investimento estimado¹. Quase nove em cada dez eram projetos municipais, e a maioria (388) ainda estava na etapa de intenção pública anunciada, ou seja, anúncios que não evoluíram.

Descontado esse ajuste, o trimestre foi positivo para os segmentos que carregam o ciclo. Rodovias somaram R\$ 11,8 bilhões, com a assinatura do contrato da Rota Mogiana pelo Estado de São Paulo e a publicação dos editais federais das BR-070/174/364 (MT-RO), da segunda concessão das BR-116/324 e BA-526/528 e dos processos competitivos de reestruturação das BR-060/153 (DF-GO) e BR-163/230 (MT-PA). O setor de Água e Esgoto avançou R\$ 2,6 bilhões no estoque de investimento, com os contratos de esgotamento sanitário do Ceará (Bloco 1) e de abastecimento e esgotamento da Paraíba; o segmento Saúde apurou mais R\$ 1,7 bilhão em estoque, com destaque para a assinatura da PPP do HoPE, em Minas Gerais; Portos e Ferrovias avançaram R\$ 1,8 bilhão cada, dado o avanço da consulta pública do projeto do Terminal de Armazenagem de Suape (Lote L2) e a reclassificação à modelagem da iniciativa envolvendo a concessão da ferrovia Maringá–Londrina, no Paraná.

Assim, entre as movimentações do trimestre, foram apurados eventos que movimentaram as iniciativas gerando 79 publicações de edital, 50 contratos assinados, 48 licitações encerradas e 27 consultas públicas abertas, além de 141 projetos novos com investimentos estimados.

Em meados de setembro² apuramos o surgimento de 544 novas iniciativas de PPPs e concessões mapeadas pelo **Radar de Projetos** até essa altura de 2026. O quantitativo é superior ao que foi observado em 2024 (402 iniciativas até o mesmo mês) e 2025 (420 novas iniciativas). Das 544 iniciativas, somente 9,9% (ou 54) possuem os entes estaduais ou a União como concedentes, percentual

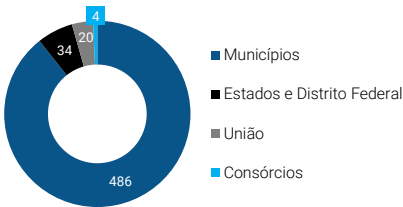
¹ Este efeito se concentrou significativamente no segmento de Eficiência Energética e Tecnologia, que perdeu R\$ 28,4 bilhões de estoque com a reavaliação de projetos de geração de energia – entre eles o de Geração de Energia no Aterro de Gramacho, no município do Rio de Janeiro, a PPP da Escola Sustentável do Estado do Rio de Janeiro e o Sistema de Geração de Energia Complementar do Espírito Santo.

² Extração de dados em 18 de setembro de 2026. A Radar PPP atualiza seus dados diariamente.

muito inferior ao que se observa na base de dados completa, que é de cerca de 23%. É certo que o fato de os municípios passarem a considerar as PPPs e concessões como instrumento de contratação, potencialmente, mais eficiente para obras e serviços públicos expandiu expressivamente o uso destas modalidades, tomando a maior fatia de representação dos projetos existentes. Mas também é certo que os últimos anos dos ciclos governamentais são marcados por redução do lançamento de novos projetos, o que é o elemento mais representativo para justificar a baixa participação do governo federal e dos governos estaduais para novas PPPs e concessões – *importante observar que isso acontece em oposição ao alto volume de leilões.*

	Até 2022	%	Até Set. 2026	%
Municípios	2.882	67,4%	5.243	72,3%
Estados e Distrito Federal	894	20,9%	1.175	16,2%
União	346	8,1%	478	6,6%
Consórcios	153	3,6%	357	4,9%
Total	4.275	100,0%	7.253	100,0%

Novas Iniciativas 2026



Tradicionalmente, os anos eleitorais são os “anos de chegada” dos projetos, em que parte relevante das iniciativas alcança o estágio licitatório ou se convertem em contratos assinados. À título de exemplo, convidamos a observar os números de Minas Gerais, um dos programas de PPP e concessões mais antigos e maduros dentre os estados. Até a conclusão do nosso relatório do 2º trimestre deste ano, dentre os projetos iniciados no período 2023-2026, apenas 1 tinha se convertido em contrato. Com várias iniciativas avançando à licitação, neste mês de setembro o estado já possui 6 contratos assinados, transformando sua taxa de conversão de iniciativas em projetos no período de 3,4% para 20% – *veja mais na seção “Estados com maior volume de iniciativas” a seguir.*

Esta terceira edição do Boletim do Radar de Projetos chega às vésperas das eleições gerais de 2026 e atualiza o retrato do ciclo governamental 2023–2026 iniciado nas edições anteriores. Depois de avaliar o desempenho dos Estados no 1º e 2º trimestres, a seção especial desta edição volta o olhar para a **carteira de projetos federais**. E, é claro, os quantitativos estaduais seguem sendo atualizados e apresentados a partir do monitoramento diário realizado pelo *Radar de Projetos*.



Principais Movimentações nos Estados

Os números atualizados do **Radar de Projetos** indicam que os governos estaduais registraram, ao longo do atual ciclo (23-26) e até este momento, um total de 288 novas iniciativas de PPPs e concessões, representando uma adição de mais de 31% ao quantitativo de iniciativas mapeadas até o fim de 2022.

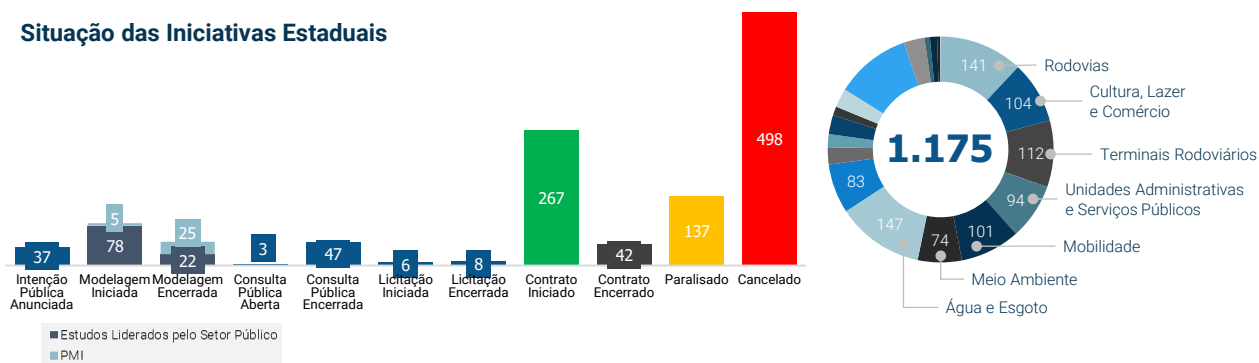
O avanço observado não ocorreu de forma homogênea entre os estados. Enquanto determinados entes consolidaram programas robustos, com *pipelines* diversificados e elevada capacidade de contratação, outros ainda apresentam carteiras em estágio inicial, cujo desenvolvimento é ainda muito dependente de apoio externo para projetos avançarem.

Os dados indicam também que dentre as novas iniciativas estaduais do ciclo, 25% conseguiram alcançar a etapa de consulta pública (71) e 20% geraram publicação de editais (58). Entre as iniciativas que alcançam a consulta pública, 44% já foram convertidas em contratos assinados (31).

Os números são positivos, e mesmo faltando 3 meses para o fim do ano, já estão muito próximos daqueles observados no ciclo de governo anterior (2019-2022): naquele período, 26% das iniciativas novas chegaram à consulta pública e 19% chegaram à licitação.

Entre as iniciativas originada no ciclo e que alcançaram a consulta pública, 40% foram convertidas em contratos dentro do mesmo ciclo governamental – representando 40 novos contratos³. Parece provável, portanto, que em

Situação das Iniciativas Estaduais



Dados extraídos do Radar de Projetos, disponível em radarppp.com, 18 de setembro de 2026. A Radar PPP atualiza seus dados diariamente.

³ O segmento Terminais Rodoviários foi intensamente trabalhado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul no período 2019-2022, tendo desenvolvido 103 projetos no segmento, dos quais 101 foram licitados, gerando 32 novos contratos de concessão comum. Por se tratar de projetos que apresentam modelo de viabilidade muito semelhante entre si, e com o objetivo de propiciar comparativo mais adequado entre os estados e entre os períodos governamentais, foi realizada uma adaptação metodológica de modo que as iniciativas deste segmento para o estado do Rio Grande do Sul foram consideradas com 1 única iniciativa conjunta. Saiba mais sobre essa situação na nossa publicação: [Avaliando os Estados em PPPs e Concessões \(19-22\)](https://radarppp.com/biblioteca/avaliando-os-estados-em-ppps-e-concessoes-19-22/), disponível em <https://radarppp.com/biblioteca/avaliando-os-estados-em-ppps-e-concessoes-19-22/>.

dezembro de 2026 seja observado um desempenho na conversão de iniciativas em contratos superior ao ciclo quadrienal anterior – em percentual e em quantidade efetiva –, dado que até a data de fechamento desta edição, havia 14 iniciativas em algum estágio licitatório já de fase externa.

A atualização da situação do portfólio estadual de iniciativas frente ao que foi apresentado ao fim do 1º trimestre é representada no gráfico a seguir. Permanece destaque para o alto volume de iniciativas em processo de estruturação (180) – já descontadas as iniciativas que avançaram à licitação.

Dentre as movimentações em iniciativas estaduais, merecem destaque:



Publicação da licitação da PPP do **Novo Hospital Estadual do Rio Grande do Sul em Viamão**: PPP bata branca para construção e operação de hospital de 350 leitos, cujos investimentos estimados são de R\$ 795 milhões. Projeto estruturado com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)⁴.



Publicação da licitação para a **concessão dos serviços de água e esgoto em 40 municípios de Rondônia**, incluindo a capital Porto Velho, vinculados à Microrregião de Águas e Esgotos de Rondônia (MRAE). Estimativa de investimentos de R\$ 2,88 bilhões. Projeto estruturado com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)⁵.



Concessão do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas (Pescan), pelo Governo do Estado de Goiás, com apoio da estruturação sendo realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).



Foto disponível em
<https://portalcaldas.com.br/>

⁴ Atualização: em 23/09, a Subsecretaria da Administração Central de Licitações (CELIC) do Governo do Estado do Rio Grande do Sul confirmou que não foram entregues propostas e a licitação foi declarada deserta.

⁵ Atualização: em 23/09, a Superintendência Estadual de Compras e Licitações (Supel) do Governo do Estado de Rondônia confirmou que não foram entregues propostas e a licitação foi declarada deserta.

O período dos últimos 3 meses também foi marcado pela assinatura de contratos expressivos, com destaque para:



PPP das Novas Escolas de Ensino Integral, lotes Norte e Sul, pelo Governo do Estado do Paraná, com estimativa de investimentos de R\$ 697 milhões e R\$ 796 milhões, respectivamente, ambos sob gestão da CS Infra.



PPP da Infraestrutura Escolar do Estado de Minas Gerais, envolvendo 95 escolas da rede pública estadual que serão reformadas. Investimento estimado de R\$ 655 milhões, cuja vencedora da licitação é empresa ligado ao grupo IG4 Capital e ao banco BTG Pactual.



PPP dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de 85 municípios integrantes das Microrregiões de Água e Esgoto do Alto Piranhas e do Litoral, na Paraíba, pela Cagepa. Investimentos estimados em R\$ 3,0 bilhões que ficarão sob responsabilidade da Acciona.



PPP do Complexo Penal de Blumenau, pelo Governo de Santa Catarina, cujos investimentos estimados são de R\$ 299 milhões e possui previsão de disponibilização de 2.979 vagas divididas em unidades do regime fechado, semiaberto e provisório. Parte das empresas que formam o consórcio vencedor também está presente na composição societária da SPE do PPP do Complexo Prisional de Erechim, licitado pelo governo gaúcho, e do Centro Socioeducativo em Minas Gerais.



Concessão da Rota Mogiana, pelo Governo do Estado de São Paulo, com estimativa de investimentos de R\$ 9,4 bilhões, sob liderança da Azevedo & Travassos.

Estados com maior volume de iniciativas

Consideradas as movimentações deste 3º trimestre, os Estados e o Distrito Federal publicaram, em 2026, 26 editais de licitação nas modalidades PPP e concessão, e assinaram 26 novos contratos. Também foram identificados no ano 34 novas iniciativas e 18 processos de consulta pública abertos. Para o período 2023-2026, totalizam 116 licitações publicadas e 98 novos contratos assinados, quantitativos que superam aqueles observados entre 2019 e 2022⁶.

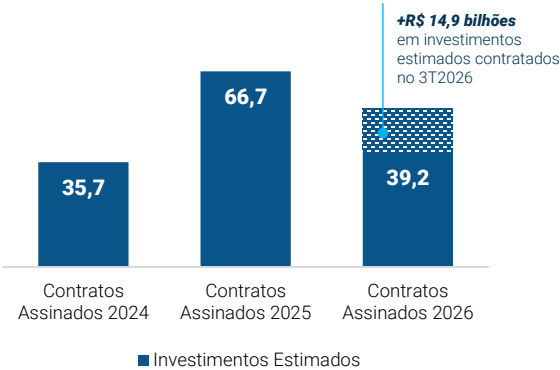
⁶ Veja nota de rodapé 2.

Com as movimentações do trimestre, os quantitativos observados para cada estado é apresentado a seguir.

Avanço de Iniciativas no período 2023-2026 por Estado

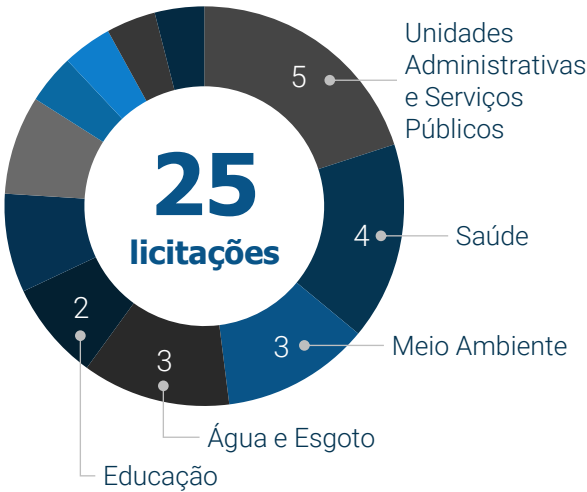
Estado	Consultas Públicas	Licitações	Contratos Assinados (2023-2026) ↑
 São Paulo	25	21	18
 Minas Gerais ↑	17	14	14
 Paraná ↓	13	12	13
 Pará	7	8	7
 Rio Grande do Sul	4	8	6
 Mato Grosso do Sul	2	2	5
 Piauí	3	5	5
 Mato Grosso	10	6	4
 Bahia ↑	2	4	3
 Maranhão	0	2	3
 Paraíba ↑	3	7	3
 Pernambuco ↓	6	2	3
 Tocantins ↓	2	3	3
 Espírito Santo ↓	2	3	2
 Goiás	3	4	2
 Santa Catarina ↑	4	5	2
 Ceará	2	2	1
 Distrito Federal	2	1	1
 Rio de Janeiro	0	1	1
 Roraima ↓	0	1	1
 Sergipe	2	2	1
 Acre	0	0	0
 Alagoas	0	0	0
 Amapá	1	1	0
 Amazonas	1	0	0
 Rio Grande do Norte	8	0	0
 Rondônia	2	2	0
Total	121	116	98

O investimento estimado dos contratos estaduais assinados em 2026 somava R\$ 39,2 bilhões em junho – acima dos R\$ 35,7 bilhões de todo o ano de 2024 e no caminho dos R\$ 66,7 bilhões de 2025. Com as novas assinaturas deste trimestre, o montante alcançou o valor de R\$ 54,1 bilhões em investimentos estimado⁷.



⁷ Refere-se a valor histórico, não sendo corrigido no tempo.

Na leitura setorial, os segmentos mais licitados por entes estaduais em 2026 foram Unidades Administrativas e Serviços Públicos (5), Saúde (4), Meio Ambiente e Água e Esgoto (3 em cada). Já os contratos assinados no ano apresentam maiores quantitativos nos segmentos Rodovias (7), seguido de Educação, Saúde e Mobilidade (3 em cada).



Ao se observar o ciclo governamental completo até aqui destaque para Rodovias, ativos ligados à Cultura, Lazer e Comércio e Água e Esgoto, como os segmentos mais licitados e mais contratados por estados.

Movimentações das Iniciativas no ciclo 2023-2026

Segmentos	Novas Iniciativas	Consultas Públicas	Licitações ↑	Contratos Iniciados
Rodovias	20	24	18	20
Cultura, Lazer e Comércio	48	11	18	12
Água e Esgoto	23	18	13	11
Unidades Administrativas e Serviços Públicos	31	13	13	8
Meio Ambiente	23	13	10	6
Mobilidade	36	13	8	7
Saúde	22	7	8	4
Educação	10	7	6	5
Portos	10	5	5	6
Eficiência Energética e Tecnologia	17	4	4	6
Terminais Rodoviários	6	1	3	5
Aeroportos	6	2	3	4
Sistema Prisional	5	1	3	3
Estacionamentos	4	0	3	1
Ferrovias	3	1	1	0
Habitação e Urbanização	8	1	0	0
Iluminação Pública	2	0	0	0
Resíduos Sólidos	14	0	0	0
Sistema Funerário	0	0	0	0
Total	288	121	116	98

O que aconteceu com os projetos que estavam “prestes a licitar”

Na edição do 2º trimestre, apontamos sete projetos estaduais que haviam vencido a etapa de consulta pública e poderiam ter editais publicados a qualquer momento. Três meses depois, o balanço é ilustrativo do ritmo real de conversão de consultas em licitações — e do peso dos ritos de controle e do calendário sobre os cronogramas oficiais.

Até o fechamento desta edição, apenas um dos sete projetos virou edital de licitação: o Novo Hospital Estadual de Viamão (RS), com sessão pública marcada para 30 de setembro, na B3. Os demais permanecem entre a revisão pós-consulta, a análise dos tribunais de contas e a aprovação de colegiados regionais, com cronogramas oficiais que, em ao menos quatro casos, previam edital ou leilão ainda no 3º trimestre.

Projeto (ente)	Situação em Jun.2026	Situação em Set. 2026
Abastecimento de água e esgotamento sanitário 2 lotes, 48 municípios (RN / Caern, apoio BNDES)	Consulta pública encerrada	Edital ainda não publicado. O Município de Natal contratou assessoria especializada para análises estratégicas no setor de saneamento básico, especialmente relacionadas à proposta da PPP.
Floresta Estadual do Amapá (AP, apoio BNDES)	Consulta pública encerrada (out/2025)	Edital ainda não publicado; página da SEMA-AP mantém o 'Edital 2025' (lotes 2 a 4) em fase pós-consulta
Novo Hospital Estadual de Viamão (RS, apoio BID)	Consulta pública encerrada; TCE-RS	Edital publicado em 02/07; <i>roadshow</i> na B3 em 08/07; propostas até 23/09; sessão pública em 30/09 ⁸
Facilities do Centro Administrativo da Bahia (BA)	Consulta pública (mai–jun)	Comissão especial de contratação instituída em 16/07 (Portaria SAEB 255); edital e data de sessão não publicados
Centro Administrativo Fernando Ferrari - CAFF (RS, apoio BNDES)	Consulta pública encerrada (15/05)	Edital ainda não publicado. Em avaliação pelo TCE/RS.
Sistema Adutor Regional PCJ (SP)	Consulta pública encerrada (25/02)	Edital ainda não publicado; SPI informa 'documentos em etapa de revisão'
Sistema ferroviário de passageiros da RM do Recife (PE, apoio BNDES e União)	Consulta pública encerrada (07/04)	Edital ainda não publicado; projeto 'em análise' pelos órgãos de controle

Fontes: Radar de Projetos, portais oficiais dos governos estaduais e das estruturadoras e diários oficiais, consultados em 16/09/2026.

⁸ Veja nota de rodapé 4. Confirmação que não foram entregues propostas e a licitação foi declarada deserta.

Dois pontos merecem registro. O primeiro é que nenhum dos seis projetos que não avançaram apresenta motivo oficial para o compasso além do próprio rito – avaliação por tribunais de contas e revisão de documentos. O segundo é que quatro deles tinham, em cronogramas divulgados pelos próprios governos, edital ou leilão previsto para o 3º trimestre. A distância entre o cronograma anunciado e o realizado é um dado relevante para o investidor que planeja sua carteira de investimentos e conversa diretamente com a pergunta da seção seguinte: **em ano eleitoral, o pipeline trava?**

O que ainda pode se esperar de 2026

Até o fechamento desta edição, seis leilões federais e três estaduais tinham sessão de leilão marcada ou prevista para o último trimestre do ano:

Projetos Federais: Rota Agro Central, envolvendo as rodovias BR-070, BR-174 e BR-364 MT-RO (17/12); Rota 2 de Julho, envolvendo as rodovias BR-116, BR-324, BA-526 e BA-528 (18/12); as licitações decorrentes de processos de repactuação da Concebra, envolvendo trechos das rodovias BR-060 e BR-153 DF-GO (11/12); da Via Brasil, envolvendo trechos das rodovias BR-163 e BR-230 MT-PA (12/11); e do Aeroporto de Brasília (17/12); além da concessão da Flona do Bom Futuro (04/11);

Projetos Estaduais: concessão da Zona de Processamento de Exportação de Imbituba (ZPE), pelo Governo de Santa Catarina (04/11); a concessão do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas, pelo Governo de Goiás (17/11); e, Loteria Estadual do Amapá (27/10).

Além dos leilões que irão acontecer, onze certames de projetos federais já foram encerrados e aguardam assinatura de contrato, cuja soma de investimentos estimados é de R\$ 12,6 bilhões – destaque para as concessões rodoviárias da Rota dos Sertões e da repactuação da Regis Bittencourt, que juntas somam R\$ 11,3 bilhões. Completam a relação cinco arrendamentos portuários, três florestas e a repactuação do Aeroporto do Galeão.

Pelos estados, oito projetos já formalizaram a conclusão da licitação e aguardam a assinatura de contrato, com destaque para o Bloco 1 – Norte Litorâneo da PPP da CAGECE, a concessão das florestas estaduais do Pará, o Hospital do Câncer, pelo Governo do Estado do Sergipe e a PPP do Centro Administrativo Campos Elíseos, pelo Governo do Estado de São Paulo.

O calendário eleitoral trava o pipeline?

A experiência dos ciclos anteriores sugere cautela com a ideia de que o calendário eleitoral paralisa o pipeline. Em 2018 e em 2022, o último trimestre concentrou parcela relevante das assinaturas e dos leilões estaduais e federais — 58 iniciativas foram licitadas em 2022 e 35 foram licitadas em 2018, o que auxiliou a gerar 61 contratos assinados em 2022 e 10 contratos assinados em 2018.

Logo, é possível dizer que projetos maduros tendem a ser concluídos antes da transição política, não adiados por ela. O que costuma se deslocar são as etapas anteriores, como o lançamento de novos projetos ou mesma a publicação de consultas públicas, que podem provocar avaliações prematuras da população quanto às ações governamentais, em um momento sensível e incerto de pleito eleitoral. Iniciativas incipientes, que dependem de decisões dos gestores ou precisam passar pelo rito de avaliação dos órgãos de controle, tendem a aguardar o desfecho eleitoral para serem retomadas.

O caso da Concessão de Água e Esgoto de Rondônia

Depois da publicação do novo marco legal do saneamento (Lei nº 14.026 de 2020), o setor experimentou um momento muito especial para a atração de investimento privado. Além de movimentações que alteraram a composição societária de importantes companhias estaduais como Corsan, Sabesp e Copasa, houve uma série de leilões altamente competitivos (mais de 70) para a concessão dos serviços de água e esgoto em todo território nacional, mobilizando expressivo volume de investimentos (mais de R\$ 100 bilhões).

Passado esse período maior atenção e intensidade concorrencial, o ano de 2026 parecia ainda reservar espaço para 4 grandes leilões do setor: Goiás, Paraíba, Ceará e Rondônia.

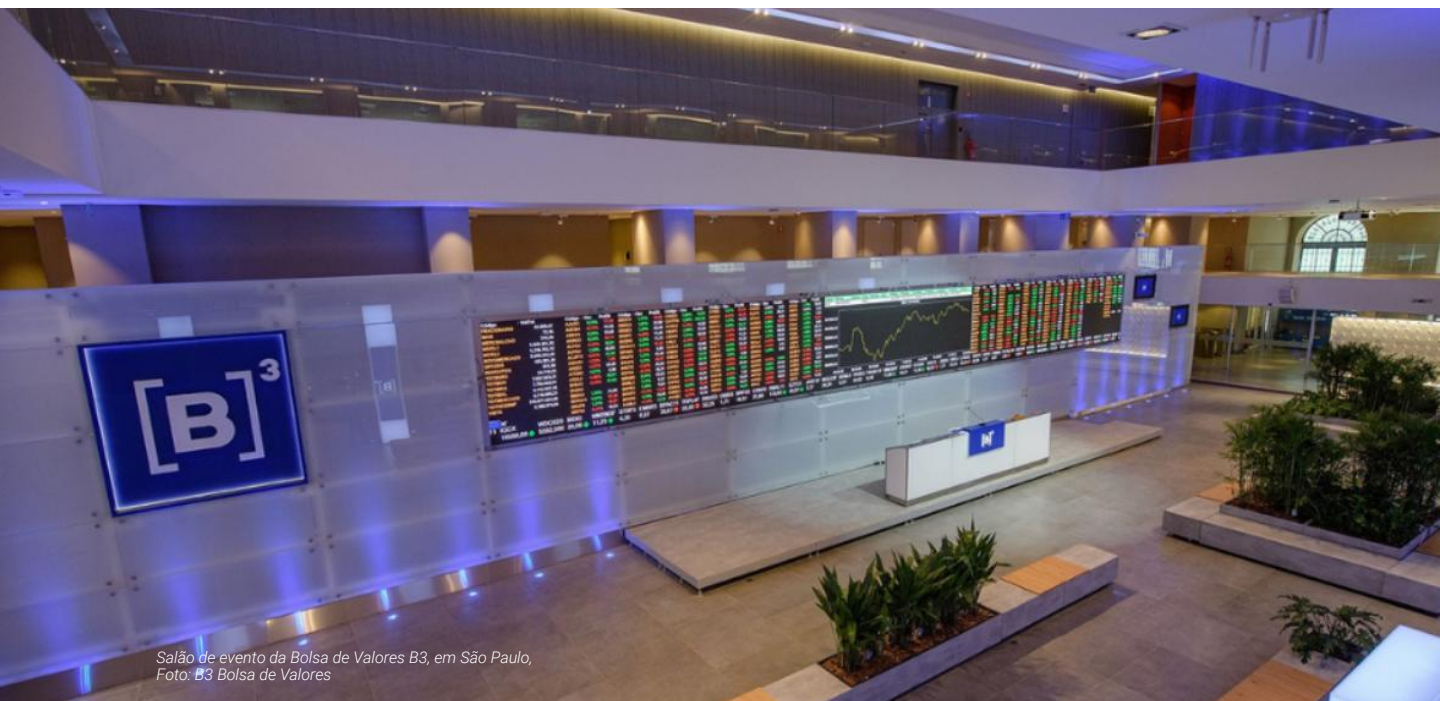
Em Goiás, a licitação foi cancelada (mar/26) por falta de propostas⁹; na Paraíba (mai/26), a licitação atraiu um concorrente único, em consórcio liderado



Foto: Bruno Motoyama e Naare Corrêa/Governo de Rondônia

⁹ A rigor, houve uma única proposta para um único lote dos três ofertados, que foi inabilitada, contribuindo para o cancelamento de todo o certame..

pela Acciona; no Ceará (jun/26), apenas um bloco de cinco atraiu proposta (que foi única), de consórcio liderado pela Aegea. As expectativas, então, se repousaram sobre a concessão de Rondônia, marcada para final de setembro.



Salão de evento da Bolsa de Valores B3, em São Paulo,
Foto: B3 Bolsa de Valores

Além de aspectos relacionados à conjuntura macroeconômica, com a taxa de juros persistentemente em patamares elevados, e do fato de que os principais players do setor já estão com balanço bastante comprometido e muitas obrigações de investimento por fazer em função dos projetos arrematados nos últimos meses, o projeto de Rondônia parece ter sofrido especificamente com o componente eleitoral na avaliação de riscos.

As pesquisas eleitorais indicam para uma mudança no comando do Palácio Rio Madeira e a chapa que lidera as pesquisas fez críticas públicas ao projeto. Inclusive, o vice da chapa, que é parlamentar, chegou a propor, em junho, um Projeto de Decreto Legislativo para tentar suspender o edital.

Somando-se esse componente específico ao cenário geral do setor, é razoável supor que a percepção de risco do investidor privado para realização de quase R\$3 bilhões de investimento, nesta altura, aumenta significativamente.

Esse caso, portanto, tende a ser bastante ilustrativo sobre como o calendário eleitoral pode condicionar a participação privada em infraestrutura, sobretudo em projetos de grande porte.

Do leilão à execução: a educação não pode esperar

Passada a fase dos leilões, começa a etapa que realmente coloca uma PPP à prova: a execução do contrato. É quando cronogramas, responsabilidades e metas deixam o papel e precisam se transformar em escolas funcionando, obras entregues e estrutura adequada para quem está todos os dias dentro delas. Nesse modelo, o parceiro privado assume obras, manutenção e serviços de apoio, enquanto professores, currículo e gestão pedagógica permanecem com a rede pública.

No último ciclo, foram realizados doze¹⁰ leilões de PPPs de infraestrutura escolar entre 2023 e 2026, e a Astra integra dois deles: Lote Leste do Governo do Estado de São Paulo, e município de Porto Alegre. Em São Paulo, as primeiras escolas foram entregues em 12 meses – seis meses antes do prazo previsto no cronograma –, e o contrato entra agora na fase de operação.

Em Porto Alegre, a execução começou em 16 de julho de 2026, depois que o Consórcio “Cuidar Porto Alegre”, formado por Afonso França e Astra Concessões Educacionais, venceu os três blocos regionais leiloados pelo município.

É o primeiro contrato no país em que uma capital concede toda a sua rede de infraestrutura escolar à iniciativa privada, e o maior em número de unidades. A concessão prevê a **gestão de 107 unidades por 20 anos** e combina novas construções e a requalificação das escolas existentes. **Serão 10 novas unidades, com cerca de 1,8 mil vagas em regiões de alta demanda**, além da reforma completa de 97 escolas. O escopo inclui desde mobiliários e equipamentos até a manutenção continuada da rede.

A dimensão do contrato, no entanto, não está apenas nos números. Está na diversidade de situações que precisam funcionar simultaneamente: construir escolas novas, reformar escolas em plena atividade e manter todas as escolas operando. A rede de Porto Alegre é diversa, inclui creches, pré-escolas, ensino

Autores

José Aliperti, CEO da Astra
Infraestrutura e Concessões
Educacionais S.A.



Paulo Falcão, Diretor de
Novos Negócios da Astra
Infraestrutura e Concessões
Educacionais S.A.



¹⁰ Dado atualizado e fornecido pelo Radar de Projetos, da Radar PPP. A Radar PPP atualiza seus dados diariamente.

fundamental anos iniciais e finais, ensino médio, educação de jovens e adultos, ensino profissionalizante e uma escola bilíngue para surdos. São cerca de 49 mil alunos com rotinas, horários e necessidades de infraestrutura muito diferentes.



É nesse ponto que a execução deixa de ser uma etapa administrativa e passa a ser uma questão central de política pública. O desafio é transformar obrigações previstas em edital e contrato em uma operação cotidiana capaz de responder às diferentes realidades de uma rede de ensino.

O prazo na educação é perecível

Um aluno fora da sala por atraso de obra perde momentos de aprendizagem e convivência escolar que não se recuperam. Por isso, a divisão de responsabilidades precisa ser clara: o parceiro privado cumpre, no tempo certo, o que o contrato lhe atribui, enquanto o poder público concentra sua atuação naquilo que só ele pode fazer: o desenvolvimento pedagógico da rede.

A Astra trabalha para que as novas unidades fiquem prontas até o segundo ano de contrato. Para isso, projetos e licenciamento avançam em paralelo, para que as obras comecem assim que liberadas, com um plano de ativação alinhado à Secretaria de Educação, para que, depois de pronta, cada nova unidade possa se transformar em vaga disponível. Já as reformas acontecem em escolas em funcionamento, o que exige diagnóstico técnico prévio, planejamento das obras conforme o calendário escolar e canteiros isolados, para que as intervenções não comprometam a rotina escolar.



Uma escola não melhora apenas por estar em uma PPP. Ela melhora quando a infraestrutura funciona: com manutenção adequada, equipamentos disponíveis, limpeza e segurança. É essa operação que cria as condições para que professores e alunos possam se concentrar no ensino.

Da experiência em São Paulo ao início da execução em Porto Alegre, a Astra leva para cada contrato a mesma convicção sobre infraestrutura educacional: o leilão é apenas o primeiro passo. É na execução e na operação, de forma estratégica e conjunta, que as obrigações contratuais se transformam em infraestrutura funcionando; e a infraestrutura, em melhores condições para ensinar e aprender.

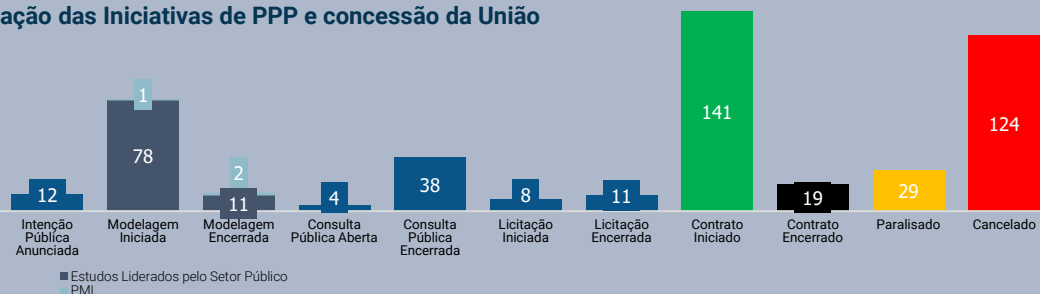


Desempenho da Carteira Federal no ciclo 2023-2026

O **Radar de Projetos** registra, em setembro de 2026, 478 iniciativas de concessão e PPP da União, das quais 132 surgiram no ciclo 2023-2026 – uma adição de 38% ao estoque federal mapeado até o fim de 2022. O ritmo é sensivelmente superior ao dos Estados (+31% no mesmo período) e bem inferior ao dos Municípios (+81%) – um reflexo natural relacionado à natureza dos ativos federais e a repartição de responsabilidade por serviços públicos.

Dentre as iniciadas, chegaram à licitação 72 projetos, dos quais 45 já se converteram em contrato assinado. Ainda que parte expressiva dos contratos assinados tenham primeira data conhecida de anos anteriores, 21% das iniciativas que surgiram neste ciclo foram licitadas, e 5% das iniciativas já se converteram em contratos (7). Este quantitativo ainda precisa ser reavaliado, considerando a adição de 4 projetos que foram concluídos a partir de Processo Competitivo de Reestruturação (PCR)¹¹, as licitações simplificadas dos contratos estressados. Soma-se ainda 2 licitações encerradas e que aguardam homologação¹² e outras 3 licitações em andamento¹³. Considerando as renegociações e a conclusão das licitações até o fim de 2026, o percentual de conversão da carteira federal alcança 11,5%, patamar médio observado no desempenho das iniciativas estaduais.

Situação das Iniciativas de PPP e concessão da União



Dados extraídos do Radar de Projetos, disponível em radarppp.com, 18 de setembro de 2026. A Radar PPP atualiza seus dados diariamente.



Foto: ANTT. Autopista Fluminense

¹¹ Referente aos trechos da Fernão Dias; da Autopista Fluminense; da ECO 101 e da MS Via.

¹² Referente à rodovia Regis Bittencourt; e ao Aeroporto Internacional do Galeão.

¹³ Referente ao trecho repactuado da Via Brasil (BR-163/230 entre Mato Grosso e Pará); ao trecho administrado pela Concebra, envolvendo trechos das rodovias BR-060, BR-153 e BR-262 (no Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais); e ao Aeroporto Internacional de Brasília

A relação a seguir apresenta o quantitativo de contratos assinados pela União por segmento e a respectiva soma dos investimentos estimados.

Contratos Assinados pela União no ciclo 2023-2026

Segmento	Quantidade de Contratos Assinados 	Soma de Invest. Estimado (em R\$ milhões)
Rodovias	21	142.114,7
Portos	20	4.428,8
Meio Ambiente	3	97,9
Aeroportos	2	6.271,3
Cultura, Lazer e Comércio	1	181,4
Unidades Administrativas e Serviços Públicos	1	52,6
Água e Esgoto	1	1.513,0
Total	49	154.659,8



Principais licitações federais a ocorrer até o fim do ano

- ▶ Rota Agro Central (CN03): Rodovias BR-070, BR-174 e BR-364 MT-RO
- ▶ Rota 2 de Julho: Rodovias BR-116, BR-324, BA-526 e BA-528
- ▶ Processo Competitivo de Reestruturação Concebra: Rodovias BR-060 e BR-153 DF-GO
- ▶ Processo Competitivo de Reestruturação Via Brasil: Rodovias BR-163 e BR-230 MT-PA
- ▶ Processo Competitivo de Reestruturação do Aeroporto de Brasília
- ▶ Concessão da Flona do Bom Futuro – Fase 2



Rodovias: o motor do ciclo federal

O Governo Federal no início de 2023, por meio do Ministério dos Transportes, fez uma previsão ousada de 35 leilões rodoviários até o fim de 2026. A época a previsão chegou a ser vista com desconfiança, por se tratar de meta sem precedentes na história recente da política pública de concessões rodoviárias do país.

O Governo Federal não alcançou o desempenho perseguido, mas o setor foi o responsável pela maior concentração de volume de eventos da carteira federal, além do maior volume contratado em investimentos estimados. Foram, até o fim de setembro, 27 leilões realizados, sendo 21 contratos já assinados (considerando as 4 reestruturações já assinadas) e R\$ 142,1 bilhões contratados em investimentos estimados. Para efeitos comparativos, o ciclo anterior (2019-2022) converteu 7 projetos em contratos assinados no setor.

A herança para 2027-2030

Ao fim de setembro, a União tem **19 projetos em algum estágio do processo licitatório e 42 projetos que já alcançaram a consulta pública e aguardam a publicação do edital**. Se todos os projetos em licitação tiverem um vencedor final, adiciona-se ao montante de investimentos estimados contratados o valor de R\$ 43 bilhões. Já os projetos que estão em algum estágio da consulta pública possuem investimentos estimados que somam R\$ 117,6 bilhões.

Dentre os projetos enumerados, há importantes ativos para o desenvolvimento nacional, como os trechos ferroviários da Malha Oeste (entre São Paulo e Mato Grosso do Sul) e Malha Sul (dividida nos corredores Paraná–Santa Catarina, Rio Grande e Mercosul) e a concessão do Corredor Leste-Oeste



(FICO-FIOL) – com mais de R\$ 28 bilhões de investimentos estimados. No setor portuário, cita-se os projetos do Tecon Santos 10 (STS10), cujo objeto é a implantação e exploração de um megaterminal de contêineres na região do Saboó, na margem direita do Porto de Santos, no litoral paulista, com investimento estimado alcança R\$ 6,4 bi – trata-se do projeto mais aguardado pelo setor, além da concessão do canal de acesso ao Porto de Santos¹⁴ e da concessão do terminal de contêineres do Porto de Itajaí (ITJ01), em Santa Catarina.

¹⁴ Na base de dados do Radar de Projetos, iniciativa denominada “Porto Organizado de Santos”.

O setor rodoviário seguirá como uma oportunidade de implementação de grandes projetos, dado que as otimizações de contratos estressados tendem a continuar sendo estrategicamente utilizadas, com a repactuação das concessões da Transbrasiliana (SP) (investimento estimado de R\$ 3,56 bi), Rota Planalto Sul (PR/SC) (investimento estimado de R\$ 4,46 bi) e Rota Litoral Sul (PR/SC) (investimento estimado de R\$ 6,50 bi)¹⁵, além de ativos novos, como os lotes catarinenses, cuja estimativa de investimento somada é de R\$ 9,1 bi.

Outros setores trabalhados pelo Governo Federal também devem ser observados, como o caso das concessões florestais, que já tiveram áreas licitadas em 2025 e 2026 – os principais ativos para alcançarem a licitação no início do próximo ciclo envolve a Floresta Nacional de Altamira e de Mulata – e as PPPs de Saúde, tendo o Instituto Nacional do Câncer como o principal ativo em estudo atualmente.

União concedente e União estruturadora

O papel da União no ciclo não se resume à condição de poder concedente. Por meio do **BNDES**, da **Caixa** e do **Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos (FEP)**, o Governo Federal apoiou a estruturação de 106 iniciativas registradas no **Radar de Projetos**, sendo celebrados 58 contratos no ciclo.

Dentre os projetos apoiados pelos estruturadores federais que chegaram a se tornar contratos, pode-se destacar o Centro Socioeducativo de Minas Gerais (estimativa de investimentos de R\$ 84 milhões), a concessão do manejo de resíduos sólidos urbanos para o Consórcio de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Cariri (CGIRS-Cariri), no Ceará (estimativa de investimentos de R\$ 116 milhões), a PPP de Iluminação Pública de Olinda (estimativa de investimentos de R\$ 31 milhões), a PPP do Hospital da Criança e Adolescente de Guarulhos (estimativa de investimentos de R\$179 milhões), as PPPs das Novas Escolas, Lotes Leste e Oeste de São Paulo (estimativa de investimentos somado de R\$ 2,1 bilhões) e a PPP para universalização do esgotamento Sanitário em 24 municípios do Ceará, representados no Bloco 1 e 2 (estimativa de investimentos somados de R\$ 6,2 bilhões).



¹⁵ Estimativas de investimento de contratos em repactuação obtidas junto ao Ministério dos Transportes, em <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/concessoes/concessoes-rodoviaras-2026>.



CP³P Foundation Online em Português

Turma de Novembro de 2026

Aulas síncronas: **12, 13, 16, 17 e 18 de novembro**

Horário: de **9:00** às **13:20**

Aplicação do exame: **18 de nov. 14:00**,
em sessão coletiva online

Para inscrições [clique aqui](#)



CP³P Preparation Online em Português

Turma de Dezembro de 2026

O curso e o exame só podem ser feitos por candidatos que já
foram **aprovados** no exame do CP³P-Foundation

Aulas síncronas: **03 a 14 de dezembro** (exceto final de semana)

Horário: de **9:00** às **13:00**

Aplicação de exercícios: dias **04, 08, 10 e 14 dez.**, de 14:00 às 16:15

Simulado: **15 dez.**, de 9:00 às 13:00 | com correção às 14:00

Aplicação do exame: **16 dez. 9:00**

Para inscrições [clique aqui](#)

Boletim

do Radar de Projetos

Agradecemos a todos os nossos clientes por contribuírem para que possamos manter nosso serviço de inteligência de mercado cada dia com mais robustez e qualidade.

Este Boletim é um oferecimento da Radar PPP, de parceiros e patrocinadores para servir como indicador para os milhares de profissionais, da iniciativa privada e do setor público, que atuam diariamente com projetos governamentais de longo prazo que contam com investimento privado, na modalidade de PPP e concessão. Trata-se de uma pequena amostra do potencial do banco de dados do Radar de Projetos.

É um dever coletivo que possamos, sempre, melhorar a qualidade da prática nacional com concessões e PPPs, contribuindo para que tenhamos iniciativas que valorizem ao máximo a qualidade no emprego de recursos públicos.

Críticas e comentários serão muito bem recebidos. Não hesite em entrar em contato conosco (info@radarppp.com). A Radar PPP sempre está aberta para interagir com quem respeita e precisa de dados e análises para tomar decisões de qualidade.

Desenvolvido por



Oferecido por

